



WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 24/4/2024

Senador rebate crítica de Haddad ao Congresso: 'injusta' e 'desnecessária'

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, respondeu ontem às críticas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a decisões do Parlamento que, segundo ele, têm dificultado o ajuste fiscal. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Haddad reprovou a extensão da política de desoneração da folha de pagamentos e a decisão de prorrogar o Perse. "Uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo", disse o senador, em nota. "A admoestação do ministro é desnecessária, para não dizer injusta com o Congresso." ● MARIANA CARNEIRO

sas e municípios. É que o Congresso já havia derrubado o veto de Lula, mas ele editou uma Medida Provisória e houve nova reação do Legislativo. O julgamento da ação em que Zanin concedeu liminar ao governo já começou e o prazo era que terminasse em 6 de maio. Com o pedido de vista do ministro Luiz Fux, a análise do caso foi interrompida e não há previsão de quando terminará. Qualquer que seja o desfecho, no entanto, um rastilho de pólvora passou a envolver os três Poderes justamente na semana na qual Pacheco tentou buscar um acordo entre o Congresso e o Executivo

'RODRIGO PODE AJUDAR'. Na quarta-feira, por exemplo, passava um pouco das 13 horas quando o senador Randolfe Ro-

drigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, confidenciou a um interlocutor, perto do corredor das comissões, que o Planalto precisava de uma demonstração inequívoca de apoio. "Rodrigo pode ajudar muito agora", apostou Randolfe, numa referência a Pacheco que, horas depois, evitou uma derrota fragorosa da equipe de Lula no plenário. Após constatar que o Planalto não conseguiria maioria para manter os vetos de Lula a projetos aprovados por deputados e senadores, Pacheco adiou para 9 de maio a sessão do Congresso destinada a essa análise. Comprou outra briga com Lula – que defendia a votação naquele dia, sob o argumento de que o governo já havia tido "tempo suficiente" para "maturar" problemas e fazer acordos –, mas

saiu bem na foto com Lula. O presidente já avisou à cúpula do PT que o partido precisa ampliar o arco de alianças em Minas, segundo maior colégio eleitoral do País, e quer Pacheco como candidato à sucessão de Zema. Em conversas reservadas, porém, uma ala do PT mais ligada a Lula – desafeto do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha – tem muita desconfiança sobre o comportamento do senador. A avaliação de alguns dirigentes petistas e até de ministros é a de que Lula, apesar de exibir um estilo rude e, por vezes, mal-educado, cumpre o que promete e diz quando vai atacar. Por esse diagnóstico, Pacheco não agiria assim porque trabalha em silêncio. "Você se esqueceu de que ele é mineiro?", questionou

um auxiliar de Lula, sem saber que Pacheco, embora tenha construído sua trajetória política em Minas, nasceu em Porto Velho (RO).

ATIVISMO JUDICIAL. Além da defesa do presidente do Senado à PEC do Quinquênio, que causa preocupação ao governo por ter um custo estimado de R\$ 40 bilhões por ano, petistas citam o seu apoio à proposta que criminaliza o porte e a posse de drogas. O texto de Pacheco recebeu sinal verde do Senado como uma reação ao que se convencionou chamar de "ativismo judicial" do Supremo. O senador também prega o fim das decisões individuais de ministros do STF – proposta que foi aprovada no Senado e repousa na Câmara – e o término do benefício que per-

mite a saída temporária de presos em regime semiaberto, conhecida como "saindinha".

Sempre que é cobrado por aliados sobre esses posicionamentos, Pacheco diz que seus gestos são "por convicção" e não para atender a interesses de A ou B. "O que acontece é o seguinte: o Rodrigo nunca foi governista, mas também nunca foi opositorista", avaliou o senador Marcos Rogério (PL-RO). "Não vejo contradição: acho que ele está sendo até compreensivo, diante desse ambiente de tensão, porque tem sido muito cobrado pela sociedade. Mas o presidente do Senado, que é também do Congresso, serve à Casa, e não ao governo. Então, é a balança do governo que está errada, não a dele", argumentou Rogério.

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), Pacheco resolveu estar ao lado do "clamor" popular. "As pautas prioritárias para o governo foram entregues, tanto o arcabouço fiscal, quanto a reforma tributária e outras coisas", observou. "Então, acho que o presidente Lula se equivocou ao dizer que Haddad devia conversar mais, em vez de ler um livro. Ele não está tendo tempo de ler nada. De todos os ministros, é o que mais conversa aqui."

No diagnóstico de Vanderlan, pré-candidato à prefeitura de Goiânia, Pacheco tenta se equilibrar ao fazer um jogo político que parece querer ficar bem com todos. "O governo não pode reclamar. Ele é bem-intencionado ao pautar as coisas, mas é que todo mundo aqui quer ver a reação do povo. Ninguém vai pôr o pé na peia, não", avisou o senador, recorrendo a uma expressão que tem vários significados, dependendo da região. "Em Goiás, é armadilha", traduziu Vanderlan, rindo. ●

estadaodigital@wsmuniz30@gmail.com



WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 24/4/2024

Haddad: designado pelo governo para negociar com senadores

● **CCJ do Senado**

A PEC foi aprovada no colegiado por 18 votos a favor e sete contrários no dia 17 e seguiu para o plenário do Senado, onde passa por um ciclo de debates. Aliado de Pacheco, o presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), é um dos defensores do penduricalho

● **Negociação**

Diante do impacto fiscal previsto, o governo escalou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para negociar com o Senado a possibilidade de alteração do texto, restringindo as categorias que serão beneficiadas ou retirando os aposentados do rol de agraciados

● **'Orçamento é do Judiciário'**

Na semana passada, Pacheco admitiu que o número de categorias beneficiadas pela volta do quinquênio pode ser discutido, mas disse que a PEC não afeta o equilíbrio das contas públicas. "O Orçamento é do Poder Judiciário, que vai aplicar para essa estruturação. Nosso projeto de déficit zero não é afetado com a priorização, no âmbito de um orçamento já definido, de estruturação de carreira, em vez de construção de prédios de fórum, por exemplo", afirmou o senador

● **Quinquênio x supersalários**

Na legislatura passada, Pacheco atendeu a pedido do ex-presidente do STF Luiz Fux para pautar o quinquênio no Senado, mas disse que a PEC só seria promulgada após a aprovação do fim dos supersalários no funcionalismo público. Mas, como mostrou o Estadão, enquanto a proposta do penduricalho avança no Senado, o projeto de lei dos supersalários está parado na Casa desde 2021

● **Economia**

A aprovação do projeto que acaba com os supersalários faria com que o poder público economizasse R\$ 3,75 bilhões por ano e pudesse investir o dinheiro em áreas como saúde. O cálculo é do CLP com base no texto que tramita no Senado

Lira disse que PEC não vai prosperar na Câmara

● **Recado de Lira**

Um dia após Pacheco defender a PEC, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), afirmou, na quarta-feira, que a proposta não deve avançar na Casa. "Um assunto como a PEC do Quinquênio dificilmente terá andamento na Câmara", declarou o parlamentar, ao comentar que alguns projetos que tramitam atualmente no Senado aumentam as despesas públicas



WILTON JUNIOR/ESTADÃO - 24/4/2024

● **Votos**

No plenário do Senado, a PEC precisa ser aprovada por 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Após essa etapa, a proposta é encaminhada para a Câmara, onde é necessário o apoio de 308 dos 513 deputados, também em dois turnos, para entrar em vigor. Por se tratar de emenda à Constituição, não precisa passar pelo crivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

● **Ciclo de debates**

Na semana passada, o Senado promoveu sessões para discutir a PEC do Quinquênio. Pelo regimento da Casa, é necessário que a proposta seja discutida em cinco encontros antes de ser colocada para votação em primeiro turno. O projeto, porém, foi pouco abordado pelos senadores, que centraram discursos em críticas ao STF e ao Palácio do Planalto